

Os Avá-Canoeiro e o território goiano: luta em defesa da sobrevivência

Carla Edieni da Silva Alves

Universidade Estadual de Goiás

Anápolis – Goiás – Brasil

carlaedieni@hotmail.com

Maria de Fátima Oliveira

Universidade Estadual de Goiás

Goiânia – Goiás - Brasil

proffatima@hotmail.com

Poliene Soares dos Santos Bicalho

Universidade Estadual de Goiás

Goiânia – Goiás – Brasil

poliene.soares@hotmail.com

Resumo: A proposta deste artigo é analisar a luta do povo Avá-Canoeiro em defesa do seu território e suas estratégias de sobrevivência desde o século XIX até a contemporaneidade. Trata-se de uma pesquisa histórica que buscou nos relatórios de Presidentes da Província de Goiás os vestígios dos embates e conflitos que contribuíram para o quase extermínio desse povo, objetivando compreender os impasses relacionados à sua identidade, apropriação do território e a resistência dessa etnia indígena no Cerrado goiano. A questão indígena, sempre presente nesses relatórios, é vista pelos administradores como um grave empecilho ao projeto de desenvolvimento econômico da região. No entanto, a luta dos Avá-Canoeiro adentra o século XX, e traz consigo novas formas de resistência e consequências para o seu modo de vida, com redução populacional, resultante da intensa luta pela sobrevivência. Atualmente, o discurso desenvolvimentista continua reproduzindo a ideologia do progresso, sem levar em consideração os direitos dos povos indígenas.

Palavras-chave: Avá-Canoeiro. Território. Conflitos Étnicos. Província de Goiás.

Introdução

O feroz canoeiro também continua a cobrar o seu tributo de sangue. Este bárbaro gentio, que a alguns anos vagava somente pelo espaço que medeia entre o Tocantins e o Araguaya, foi pouco a pouco estendendo as suas correrias (Presidente de Goiás, Francisco Mariani em 1853).

Consta que os primeiros contatos com a etnia Avá-Canoeiro se deram a partir do final do século XVI pelos bandeirantes paulistas e missionários jesuítas. Essas frentes pioneiras adentravam o território em busca de metais preciosos e aprisionamento de indígenas para mão-de-obra. No entanto, os conflitos pela terra indígena em território goiano aparecem a partir do século XVIII, com a descoberta das minas auríferas na região, e se intensificaram no século XIX. A denominação canoeiro foi atribuída aos Avá pelos primeiros colonizadores, porque, habitantes das margens dos rios Araguaia e Tocantins, eram hábeis navegantes. Durante o século XX em muitas regiões do estado de Goiás e Tocantins eles também eram conhecidos por “cara preta”, em virtude da utilização do jenipapo na pintura corporal (PEDROSA, 2006, p. 91).

Em relação à língua falada pelo grupo, pertence à família linguística Tupi-Guarani, do tronco linguístico Tupi. Os Avá-Canoeiro estão divididos em duas famílias, uma localizada na bacia do Rio Araguaia, no Estado do Tocantins, dispersa em duas aldeias na Ilha do Bananal: Aldeia Canuanã, próxima ao município de Formoso do Araguaia e Aldeia Boto Velho, a 60 km da cidade Lagoa da Confusão; e a outra, na bacia do rio Tocantins, no Estado de Goiás. Segundo Pedrosa (2006), essa família que habita o Tocantins não possui terra própria, vive em aldeias do povo Javaé. Ao contrário, os Avá-Canoeiro do território goiano vivem em suas próprias terras, embora esta tenha sido interditada em 1985 e se encontre em processo de homologação, penúltima etapa do processo de regularização de terras indígenas, de acordo com o Decreto 1775/96. Sua área atinge cerca de 38 mil hectares e se encontra nos municípios de Minaçu e Colinas (GO).

Para os povos indígenas, o território não lhes interessa enquanto capital ou forma de lucro; é antes uma questão de sua própria existência e pertencimento ao lugar de vivência. A relação dos Avá-Canoeiro com a terra é a base material sobre a qual gravam padrões identitários. Silva (2010, p. 38) afirma que “Para os Avá-Canoeiro e grande parte dos povos indígenas a Terra é a *mãe* que lhes fornece o sustento da vida; ela é sagrada; nela viveram seus ancestrais e habitam suas tradições; por isso representa seus sentimentos”.

Para melhor compreender o processo de dizimação da etnia dos Avá-Canoeiro, de maneira menos superficial, é preciso salientar questões complexas e problemáticas a respeito do avanço e da exploração da sociedade “branca europeia” sobre o território brasileiro. Segundo Freyre (2006, p.157), “com a intrusão europeia desorganiza-se o equilíbrio nas relações do homem com o meio físico” e inicia-se a degradação do povo indígena logo após o contato com os ditos civilizados, ávidos de riquezas, não antes de uma hibridização das raças. Importante lembrar que Freyre foi um dos primeiros a dedicar seus estudos ao hibridismo cultural.

Segundo Burke (2013), o hibridismo cultural é um termo que surge a partir de um grupo de teóricos, muitas vezes de identidade cultural dupla ou mista, como por exemplo, Homi Bhabha, indiano que foi professor na Inglaterra e que hoje reside nos Estados Unidos; Stuart Hall, nascido na Jamaica, de ascendência mista, viveu a maior parte de sua vida na Inglaterra; Nestor Canclini, que cresceu na Argentina, mas vive no México, e Eduard Said, palestino que cresceu no Egito e é professor nos Estados Unidos. Assim, Burke (2013) afirma que quase sempre a troca cultural ocorre em detrimento de alguém, nesse caso, o europeu. Em vista desse fato percebe-se que o colonizador “organizou-se em uma sociedade cristã na superestrutura com a mulher indígena”. Para Burke (2013, p.18), o preço da hibridização¹, especialmente na forma inusitada, louvada por Freyre em sua obra, são assuntos que geram tensões até os dias atuais. Isso ocorre devido às questões de identidade, em seu aspecto étnico, na luta pelo reconhecimento.

Ao analisar o choque das duas culturas, a europeia e a indígena, percebemos que, para o segundo, o contato liderado pelo colono ou pelo missionário levou à degradação por completa de povos que, por interesses econômico e moral, só enxergavam no indígena o escravo indócil a ser subjugado pelo trabalho forçado, fato esse inaceitável para a etnia dos bravios guerreiros Avá-Canoeiro. Desse modo, os indígenas dessa etnia são relatados pela historiografia goiana como um povo que não se rendeu ao colonizador.

Os Avá-Canoeiro no Cerrado Goiano

Estudos confirmam a chegada dos Avá-Canoeiro a Goiás associada ao período colonial, “sendo descendentes dos Tupis da costa, foragidos de bandeiras, e posteriormente miscigenados com negros quilombolas” (BARBOSA; SCHMITZ, 2008, p. 63). Segundo esses autores “as movimentações humanas relacionavam-se com modificações de ordem ambiental, ainda que elas fossem mediadas pela cultura” (BARBOSA; SCHMITZ, 2008, p. 49). Esses sistemas culturais foram, de certa forma, desestruturados pela colonização e as populações impulsionadas a buscar novas formas de planejamento ambiental e social, assim como alternativas de sobrevivência. Apesar das ações dos bandeirantes terem causado imensos prejuízos à população e às culturas indígenas, a fixação de povoamentos não indígenas na região do cerrado foi relativamente recente, fato este que deu aos grupos autóctones um espaço que lhes permitiu a sobrevivência por mais tempo.

¹ Definida por Peter Burke como a ideia de que encontros culturais levam a algum tipo de mistura cultural é uma posição intermediária entre duas visões do passado que podem ser criticadas como superficiais.

O Cerrado se apresenta aos povos indígenas, empurrados pela colonização das áreas litorâneas do Brasil, como o reflexo de uma farta fauna, o que faz dele um ambiente favorável à sobrevivência, associada à grande variedade de frutos, à ocorrência de abrigos naturais e a um clima sem excessos de variação. Todos esses elementos “exerceram papel importante na fixação de populações humanas, bem como no desenvolvimento de processos culturais específicos” (BARBOSA; SCHMITZ, 2008, p.52).

O histórico do contato dos Avá-Canoeiro relata sua presença em Goiás desde as primeiras bandeiras e expedições jesuítas no final do século XVI, e de acordo com Barbosa e Schmitz (2008, p. 63), vestígios são encontrados em sítios arqueológicos (tupis-guaranis) “na Bacia do Tocantins (fase São Domingos²), e possivelmente nas margens do rio Claro (fase Iporá), resultam de antigos acampamentos tupis, cuja presença é registrada a partir de 1780”. Os autores acrescentam que

Geralmente, aceita-se que os canoeiros tenham chegado à região no Período Colonial, sendo descendentes dos tupis da costa, foragidos de bandeiras, e posteriormente miscigenados com negros quilombolas. A extrema escassez de sítios dispersos em grandes extensões poderia ser indicador de ocupação recente. Teriam vivido principalmente nas matas próximas do rio maranhão, do Paranã, do Manoel Alves e da barra do Palma, onde teriam estabelecido suas aldeias. A principal delas, entretanto, ficaria entre as montanhas além do Duro, onde os povoadores lusos dificilmente poderiam penetrar. Para além do Maranhão, a oeste, possuiriam ainda os descampados até Amaro Leite (hoje Mara Rosa) (BARBOSA; SCHMITZ, 2008, p. 63).

No encalço dos indígenas que adentravam os sertões do Brasil, estavam também os novos avanços da fronteira pela população branca e mestiça. E esta deixava os seus objetivos claros: capturar os indígenas e explorar a terra a procura de metais, gerando o caos. As roças foram pilhadas, as aldeias demolidas, as mulheres violentadas, as terras de cultivo invadidas, e mortes por doenças desconhecidas ocorriam com frequência. “A guerra foi a solução ditada pelo desespero. A derrota, o aldeamento, a desmoralização, a extinção e a fuga foram consequências”, afirmam Barbosa e Schmitz (2008, p.67). O trabalho forçado e intimidador revela-se, portanto, na opressão, por sua revolta, o espólio daquele que não é reconhecido como homem pelo “branco”.

O filósofo francês Jean Paul Sartre, que gozava de alto prestígio na Academia francesa, aproveitando-se de sua posição intelectual e engajada, fala sobre a verdade *nua* das colônias no prefácio do livro *Les Damnés de La Terre – Os condenados da Terra*, de Frantz Fanon, um

² Fase São Domingos: trata-se de estudos e análises de dois sítios arqueológicos resultantes de antigos acampamentos Tupis. Os sítios estão localizados no oeste da Serra Geral, na vertente do rio Paranã – municípios de São Domingos e Monte Alegre do Goiás (distrito de Prata). Fase Iporá: resultados dos estudos realizados em dez sítios arqueológicos tupis (conhecidos como canoeiros) cuja presença é registrada a partir de 1780. Esta fase compreende ocupações que se encontram na bacia do Araguaia (rio claro), bacia do Paranaíba (rio Claro e rio Verde) e em abrigos no município de Serranópolis (médio rio Verde) BARBOSA; SCHMITZ (2008, p. 63).

dos fundadores do pensamento terceiro mundista. Nesse prefácio, o autor faz uma leitura crítica sobre o processo de colonização praticado pelos europeus em relação aos habitantes da África e da América, argumentando que, ao domesticarmos um membro de nossa espécie diminuimos o seu rendimento, e esse homem, reduzido à condição de animal doméstico, acaba por custar mais caro do que o produto de seu trabalho. O resultado, afirma Sartre, “nem homem nem animal, é o indígena”, que sob o olhar de reprovação, receberá sempre os mesmos adjetivos pejorativos sobre seus traços de caráter: “é um preguiçoso, sonso e ladrão, que vive de nada e só reconhece a força” (SARTRE, 1968, p. 10). Sob o efeito desse olhar, os Avá-Canoeiro vivenciaram por séculos a perseguição da colonização ocorrida no interior do Brasil.

Os Avá- Canoeiro nos relatórios dos presidentes da Província

No século XIX, em Goiás, a autoridade administrativa se materializa na presença dos presidentes de Província, e a eles cabia buscar soluções para levantar a mesma do seu abatimento após a derrocada das minas auríferas. Tratava-se de uma elite administrativa interessada em manter a ordem e fortalecer o regime monárquico. Em Goiás, a fidelidade dos presidentes provinciais à Coroa pode ser observada nos discursos contidos nos relatórios apresentados anualmente aos membros da Assembleia Legislativa, os quais buscavam reforçar os vínculos entre o povo e o Imperador e, ao mesmo tempo, associar ao progresso do Brasil. No caso goiano, a solução para o progresso da província vinculava-se ao combate contra as incursões indígenas, ora abordadas como questão de segurança, ora como questão de catequese e civilização.

Durante a maior parte do século XIX, a questão indígena é vista como um problema para o desenvolvimento da Província de Goiás, “reduzir o gentio” era a palavra de ordem dos colonos e presidentes da Província. Como mostra o trecho abaixo, do Presidente José de Assis Mascarenhas em 1839³:

Senhores, em todos os Relatórios existe huma negra pagina, que He destinada a contar os horrores, e atrocidades praticados contra nós pelo Indio selvagem: à pena se recuza o quadro dos estragos, e barbaridades, que temos ainda soffrido mui recentemente. Não julgo necessario remontar-me á origem, e cauzas deste intranhavel ódio. O que He certo pelas noticias officiaes, vindas a este governo, He os povos intimidados por este flagello tem abandonado suas ecellentes, e ricas terras de cultura, e mineração, as pingues pastagens de seos Gados, suas cazas, e fazendas para serem inteiramente destruidas pelo Gentio: o circulo das habitações civilizadas se vai estreitando cada vez mais. Nos tempos dos Capitães Generaes existao em todo

³ Optou-se por transcrever a ortografia da época dos documentos citados com o objetivo de preservar as expressões originais.

o imenso terreno, occupado por Nações selvagens, divizões Militares, que tinhaõ por fim oppor-se às suas incursões: meus antecessores levarão a este respeito suas supplicas ao Governo Imperial: pelo passado Correio dirigi ao exm. Ministro da Guerra um officio sobre este tão importante objecto. A força de 1ª linha He de necessidade absoluta (MASCARENHAS, 1839, p. 24).

O fato constatado acima está bastante presente nos relatórios, nos quais, constantemente há pedidos de reforços na catequese e apoio militar para controle dos indígenas que se apresentam como ameaça ao desenvolvimento e progresso da região. Colonos não mediam esforços a fim de exterminar populações inteiras de autóctone, fato que teve início com as organizações de bandeiras paulistas, quando Goiás ainda era Capitania. As bandeiras, ao revestirem-se de ideais desbravadores, exterminaram diversas populações indígenas, destruindo suas moradias, violentando mulheres, capturando crianças e homens adultos, além de matá-los quando não se rendiam ao cárcere.

Como a presença de numerosas etnias indígenas na Província era vista como empecilho ao desenvolvimento econômico, a princípio, os ataques eram revidados com muita violência e escravização, mas, ao final do século XVIII, as novas diretrizes voltaram-se para a política de aldeamentos, presídios e reforços militares, especialmente no que diz respeito à dominação dos povos Caiapó, Xerente e Xavante. Essa nova conduta para com os indígenas assumiu características defensivas, mas, apesar disso, em relação aos Avá-canoeiro, a palavra de ordem sempre foi o extermínio, devido ao fato de estes não se renderem nem a catequese nem ao trabalho forçado. A determinação em responder com violência aos ataques dos Canoeiros é percebida nas palavras de Francisco Ferreira dos Santos Azevedo.

He chegada a ocasião de magoar vossos ouvidos com as notícias das terríveis hostilidades que tem cometido o gentio canoeiro no corrente anno. A 7, e 9 de abril matarão cruelmente a cinco legoas de distância do arraial de agoaquente na estrada que segue da vila de Pilar para de Trahiras 12 pessoas. Percebendo tão infausta noticia ordenei logo ao Major Bento Pereira Ribeiro, que fizesse seguir huma bandeira, enviando-lhe nessa ocasião armamento, e munição de guerra, que ele me pediu (AZEVEDO, 1842, p. 11-12).

Segundo as palavras deste presidente, “o maior benefício que a Província de Goiás pode fazer é desinfestá-la dos *índios*, principalmente os canoeiros” (AZEVEDO, 1842, p. 12). Após 1840, as elites dirigentes empreenderam uma série de ações políticas para promover a centralização do poder. As elites administrativas da Província, sempre que podiam, enfatizavam a manutenção da soberania interna, e a catequese aparecia sempre vinculada à questão da ordem e da moral, e assim associada à condição de progresso e prosperidade de Goiás, como mostra este trecho do relatório de Joaquim Ignácio Ramalho em 1846.

Muitas são as hordas de selvagens que vagueião pelas vastas florestas e campinas desta Província, privados absolutamente das vantagens da vida social, e dos saudáveis benefícios da religião Catholica, Apostólica Romana. Algumas destas

hordas, bem como a chavante e especialmente a canoeira, além de selvagens he ainda feroz, e tem produzido gravíssimos males a essa Província. Povoações nascentes, e estabelecimentos ruraes, que promettiao espantoso engrandecimento se achao hoje destruídos pelas incursões dos selvagens [...] (RAMALHO, 1846, p.14).

Os conflitos entre indígenas e colonos intensificam-se durante a primeira metade do século XIX, em virtude de uma nova política da contínua expansão da economia agropastoril. A força armada foi assim um recurso constantemente utilizado pelos presidentes em defesa dessa expansão. Segundo Pedrosa (2006, p. 98), “a política indigenista repressora contra os índios autônomos e hostis aos colonos continuou na década de 1840, desconsiderando o decreto n. 426 de 24.06.1845”. Esse decreto ficou conhecido como Regimento das Missões⁴ e favorecia a catequese, proibia a servidão dos *índios* e os maus-tratos a eles. Teoricamente os indígenas deveriam prestar serviço militar ao Estado, mas sem coerção. Porém, essa tolerância era muito limitada aos indígenas hostis, como no caso dos Avá- Canoeiro, principalmente.

Segundo o presidente Eduardo Olímpio Machado (1850), o indígena Canoeiro era “de todos os bárbaros o mais implacável, em suas irrupções sobre os arraiais de Água-quente, Tesouras, Amaro Leite, S. Felix, Chapada, Almas e pontal”. Em 1852 é Joaquim da Silva Gomes quem reclama que “da parte do feroz gentio canoeiro não cessam as agressões à população cristã” (GOMES, 1852, p. 6). E, no ano seguinte, o Canoeiro é acusado de ser um dizimador da população “pacífica” da província por outro presidente, o Sr. Francisco Mariani.

Não é só o bacamarte, ou o punhal do Sicario que dizima a nossa população pacifica: O feroz canoeiro também continua a cobrar o seu tributo de sangue. Este bárbaro gentio, que a alguns anos vagava somente pelo espaço que medeia entre o Tocantins e o Araguaia, foi pouco a pouco estendendo as suas correrias; e hoje em dia já elevão os seus estragos até a chapada dos veadeiros, e as vertentes do Maranhão (MARIANI, 1853, p. 9).

Nos discursos dos administradores, o uso da força contra o indígena canoeiro se dava por conta de seus ataques nos povoados que se instalavam nestas regiões. Mas, percebe-se que outrora os Avá-Canoeiro haviam habitado essas localidades, mas foram empurrados e encurralados em outras áreas pelo processo colonizador. Segundo Sartre (1968, p. 9), o processo da força contra os povos colonizados, por meio da violência, se dá por que os dominantes pretendem não só garantir o respeito desses homens, mas também procura desumanizá-los, pois “nada deve ser poupado para liquidar as suas tradições, para substituir a língua deles pela nossa, para destruir a sua cultura sem lhes dar a nossa; é preciso embrutecê-los pela fadiga”, e ainda acrescenta que

⁴ Fora um documento elaborado pelo governo imperial, aprovando um conjunto de normas sobre política indigenista, criando as Diretorias Gerais dos Índios em cada Província, as quais, por sua vez, fundavam diretorias parciais para cada aldeia ou grupo de aldeias (PEDROSA, 2006, p. 98).

Desnutridos, enfermos, se ainda resistem, o medo concluirá o trabalho: assentam-se os fuzis sobre o camponês; vêm civis que se instalam na terra e o obrigam a cultivá-la para eles. Se resiste os soldados atiram, é um homem morto: se cede, degrada-se, não é mais um homem; a vergonha e o temor vão feder-lhe o caráter, desintegra-lhe a personalidade (SARTRE, 1968, p. 9).

Se ainda resiste? Sim, os Avá-Canoeiro sempre resistiram e resistem ainda hoje, mesmo sob a mira das mais diferentes armas do colonizador. Mais um retrato similar aos demais é descrito a respeito dos Avá-Canoeiro no relatório de José Martins Pereira Alencastre, em 1862. Seu relato mostra os Canoeiro, mais uma vez, como um dos grupos mais incivilizados e temidos pelos habitantes que se estabeleceram na região do Araguaia.

Antes do estabelecimento dos presídios de Amaro Leite, era todo esse rico sertão infestado de índios Canoeiros: hoje percorrem elles as solidões do araguaya, as immediações do passa-trez e não poucas vezes são vistos, pela margem do Canabrava, Rio das Mortes, Ilha do Bananal etc. Não consta que tenham aldeamento fixo, sua passagem por qualquer parte é assignalada por mortes, roubos e toda sorte de depredações (ALENCASTRE, 1862, p. 45).

Na obra de Couto Magalhães é possível perceber uma descrição dos Avá-Canoeiro pela lente do então presidente da Província, em 1863. Neste período, os Avá-Canoeiro já estavam “fechados” entre o rio do Peixe e Tesouras, como relata Couto Magalhães em sua *Viagem ao Araguaia*.

É aí a morada mais constante do impetuoso canoeiro, cujo caráter selvagem e feroz merece especial menção. O canoeiro é ordinariamente de estatura baixa; cabelos e olhos negros, cor de bronze, fino, ágil e com as pernas levemente arqueadas. Tem esse nome, por se terem tornado célebres os seus ataques contra os navegantes do Maranhão, a quem acometiam em levíssimas ubás e com agilidade tal, que chegavam sem ser pressentidos, retirando-se sem sofrer danos (MAGALHÃES, 1974, p. 102).

Perceber que durante todo o século XIX as populações indígenas do cerrado goiano foram praticamente extintas traz à tona a questão do espaço social e da territorialidade em Goiás. A arma de combate dos Avá-Canoeiro, devido à pressão sofrida, é o embate, pois, desde os primeiros tempos dos conflitos, foi preciso resistir. O imaginário de valentia e de recusa da fé cristã lhes conduzirá, até o final do século XIX, ao olhar ora admirado ora preconceituoso do dominador.

O Canoeiro é mais valente do que outro qualquer índio, ao que acresce o ser mais sagaz e previdente. Quando o canoeiro bate, a destruição é certa, porque ele não o faz sem escolher ocasião oportuna, custe isso muito embora uma espionagem incessante de muitos meses. Ordinariamente matam e roubam tudo quanto é ferro, couro, roupa. O dinheiro e outros quaisquer objetos preciosos a nossos olhos não têm para eles valor algum (MAGALHÃES, 1974, p. 102).

Percebe-se neste trecho citado de Couto Magalhães que os pequenos furtos praticados pelos Avá-Canoeiro assinalam o começo de uma resistência ainda desorganizada, e o fato de os indígenas resistirem à expansão gerava constantes guerras e embates. Nesse momento as

atitudes governamentais eram, muitas vezes, contrárias à legislação quando esta era favorável aos indígenas (PEDROSA, 2006, p. 100). Esses pequenos delitos cometidos pelos povos reprimidos não os afirmavam como um grupo forte e, na visão crítica de Sartre (1968, p. 11), eles “têm de investir desarmados contra os fuzis e demonstrar desprezo pela cobiça do homem branco”. A violência de início não partia deles, mas do colono, pois o “indigenato é uma neurose introduzida e mantida pelo colono entre os colonizadores com o consentimento deles” (SARTRE, 1968, p. 13). Deste modo, Sartre nos mostra que o primeiro movimento dos oprimidos é ocultar profundamente essa cólera inconfessável que a sua moral e a nossa reprovam e que, todavia, é o último reduto de sua humanidade.

Ao se sentirem encurralados com a perda do território, os Avá-Canoeiro reagiam com ataques rápidos. Teriam destruído os arraiais de Tesouras (da freguesia de S. Felix), Cocal, Água Quente e Amaro Leite, e dizimado as populações de Crixás e da Vila do Pilar. Magalhães (1974) descreve essas localidades como “os mais ricos em população e gado”. Essa fúria contida nos ataques do povo Canoeiro se torna um jogo que destroça os próprios oprimidos. Segundo Magalhães (1974, p. 103), “todas as outras tribos de índios têm medo do canoeiro e respeitam-no, não só pelo seu grande número, como por ser a mais aguerrida, feroz e inteligente”. Sartre confirma que os atos de ataques entre as tribos ocorrem devido a fúria que existe contra o colonizador. Para se livrarem dela, “entrematam-se: as etnias batem-se umas contra as outras por não poderem atacar de frente o verdadeiro inimigo” (SARTRE, 1968, p. 12). Desse modo, a polícia colonial alimentava essas rivalidades: “o irmão empunhando a faca contra o irmão, acredita destruir, de uma vez por todas, a imagem detestada de seu aviltamento comum. Mas essas vítimas expiatórias não lhes aplacam a sede de sangue” (SARTRE, 1968, p. 12).

Após a primeira surpresa, o exército colonial reage: então é necessário unir-se ou deixar-se massacrar”. As discórdias tribais atenuam-se, tendem a desaparecer, em primeiro lugar porque põem em perigo a revolução e, mais profundamente, porque não tinham outra função que desviar a violência para falsos inimigos (SARTRE, 1968, p. 14).

O exército colonial torna-se feroz: patrulhas, operações de limpeza, reagrupamentos, expedições punitivas; mulheres e crianças são massacradas. Os Avá-Canoeiro enfrentam e aceitam o risco de serem eliminados. Os conflitos entre índios e colonos intensificam-se durante a primeira metade do século XIX, em virtude da contínua expansão da economia agropastoril. Assim, um dos mais frequentes pedidos por parte dos presidentes da Província era o aumento no número de policiamento, a fim de resguardar as povoações “civilizadas” que habitavam as regiões próximas de aldeias indígenas, como mostra o relatório do presidente da Província José de Assis Mascarenhas.

A experiência me tem convencido, que este importantíssimo objeto deve merecer todas as nossas atenções: já vos disse, que a par da civilização, e da catequese deve estar a força, porque o índio selvagem, sempre que póde nos hostiliza da maneira a mais Barbara: as povoações das mais civilizadas não estão em socego, com uma tal visinhança: He vital a necessidade dos destacamentos, todos sabem as grandes dificuldades, com que tenho lutado para completar a força: há geralmente grande opposição ao recrutamento e se homens mui zelosos, não se tivessem encarregado delle, nada se teria conseguido (MASCARENHAS, 1845, p.14).

Segundo Pedrosa (2006, p. 97), “os destacamentos eram incumbidos de guarnecer os Presídios⁵ militares, arraiais e locais onde os índios apareciam com frequência”. A função dessa forma de policiamento era manter os indígenas longe da civilização dos brancos. Suas medidas de repressão eram quase sempre violentas, mas esse fato não intimidava os índios, ao contrário, suas represálias mantinham um estado contínuo de guerras.

No século XIX os esforços governamentais estavam voltados para o desenvolvimento da Província por meio da navegação dos rios Araguaia e Tocantins. Vinculado a essa ideia estava a pacificação dos indígenas que habitavam essas áreas, “todavia, a pacificação dos Avá-Canoeiro não era uma questão simples nem fácil de resolver. Algumas autoridades eram favoráveis à adoção de medidas drásticas contra os índios”, afirma Pedrosa (2006, p. 99). Os Avá-Canoeiro, ao serem coagidos pela violência, tornavam-se mais avessos ao contato, assim, a resistência se fez presente com situações de guerra, perseguições e mecanismos de fuga.

Segundo Oliveira (2013, p. 95), “Esses presidentes estavam reproduzindo imagens vigentes sobre os Avá-Canoeiro, como por exemplo, o mito de sua origem mestiça”. Diante dessa especificidade, “muitos defendiam a exclusão desses índios da política indigenista imperial, baseada na catequese e civilização”. O principal argumento para o não cumprimento da lei⁶ baseava-se no mito de sua origem mestiça, pois para a tradição goiana do século XIX, ainda presente em alguns pesquisadores, eles eram descendentes dos Carijó, índios do grupo Jê que fugiram da Bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva em 1722 e se misturaram com os negros dos quilombos.

Para a pesquisadora Dulce Pedrosa (2006), ampla conhecedora dos Avá-Canoeiro, eles são descendentes dos Tupi-guarani e já habitavam as margens do rio Maranhão (Tocantins) antes da penetração colonizadora branca e mestiça do século XVIII. Segundo ela, a hipótese mestiça dos Avá, além de ser um dos inúmeros mitos que os envolvem, legitimava, no século

⁵ Presídio, no século XIX, era entendido como conquista de território e expansão de fronteira, parte do processo de povoamento, defesa e especialização agrícola, construído oficialmente e sob o controle do governo. Os presídios, à época, também receberam outras denominações, tais como: núcleos militares de povoamento; colônias de povoamento; fortificações lindeiras, fortificações limítrofes ou apenas fortes (CARVALHO, 2010, p. 25).

⁶ Trata-se da lei de 12.08.1834 (Ato Adicional), determinando às assembleias legislativas provinciais e a seus governos o cuidado com a civilização e a catequese indígena. Em consequência desse ato, a Assembleia Legislativa apresentou a Resolução n. 25 de 31.07.1835, ordenando a realização de uma bandeira, com o objetivo de pacificar os índios Avá-Canoeiro, Xavante e Xerente (PEDROSA, 2006, p.97).

XIX, a agressão dos brancos. Pois não sendo verdadeiros *índios*, eram vistos como simples bandidos, ficando assim fora da legislação imperial de proteção aos *índios*, como afirma Oliveira (2006, p. 27).

Segundo Pedrosa (2006, p. 100), o fato de os *índios* resistirem “gerava ódio e temor às frentes agropastoris”. A partir da década de 1870, o número de Avá-Canoeiro estava reduzido em consequência das intensas guerras e das doenças. No final do século XIX esse povo fazia parte de um pequeno grupo de indígenas restantes do contato com o colonizador, pelo fato de se encontrarem em número consideravelmente diminuto. Os indígenas começaram a recuar e migrar dentro do próprio território, escondendo-se em locais entre serras de difícil acesso e, em razão disso, foram chamados de *povo invisível* por Dulce Pedrosa, devido à grande habilidade de esconderem e não ser percebidos, a menos que quisessem.

Provavelmente, em virtude dos ataques, os Avá-Canoeiro mantiveram a movimentação como estratégia e, desde então, tornaram-se nômades, como estratégia de sobrevivência. Ainda assim, mantiveram “suas roças e a partir dela os grupos saíam em várias direções”, afirma Pedrosa (2006, p. 104). Essa dispersão em grupos menores, movimentando-se no vasto território goiano, demonstrou a resistência dos Avá para se manterem autônomos e, acima de tudo, sobreviver.

No século XX, as pesquisas e informações sobre os Avá-Canoeiro são incertas. Isso ocorre devido, principalmente, à escassez de documentação; embasada apenas por arquivos do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e em relatos dos moradores de vários municípios do norte goiano. Os informes do período sobre este povo são datados dos anos 1910 e de 1918, com registros de movimentações em várias localidades próximas a Amaro Leite e nas imediações do rio Maranhão; e na década de 1920, com a chegada dos nordestinos, que migravam principalmente dos estados do Maranhão, Bahia e, em menor número, do Ceará e Pernambuco. Também havia “movimentações dos Avá-Canoeiro entre os povoados de Teresina e Nova Roma”, e em muitas outras localidades da região, de norte a sul de Goiás, como afirma Pedrosa (2006, p. 106).

O ódio pelo indígena era alimentado principalmente pelos fazendeiros, pois, durante a primeira metade do século XX fizeram verdadeiras expedições de caça aos Avá-Canoeiro, uma vez que estes, em pequenos grupos, praticavam “travessuras” e pequenos furtos nas fazendas. Nas décadas seguintes, as notícias são muito semelhantes em relação aos Avá, uma sequência de relatos parecidos com aqueles ocorridos em tempos passados: “faziam travessuras, abriam porteiros para os animais passarem e pequenos furtos” (PEDROSA, 2006, p. 108).

A partir da década de 1930 o enfrentamento com o indígena em Goiás se torna uma constante devido à dinamicidade da economia goiana, então entrelaçada à produção de arroz,

café e criação de gado. Posteriormente, essas atividades são reforçadas com a *Marcha para Oeste*, programa dirigido por Getúlio Vargas, impulsionado a partir de 1938. Assim, Goiás foi incorporado, definitivamente, ao processo produtivo do país. Supõe-se que programas como a *Marcha para o Oeste* tenham contribuído para ampliar os conflitos e perseguições, fazendo com que os Avá-Canoeiro fossem empurrados cada vez mais para o norte do Estado.

Neste contexto, uma nova política indigenista defendia a criação de um órgão específico, de caráter assistencialista e protecionista, denominado Serviço de Proteção aos Índios (SPI)⁷, que deveria ajudá-los em suas necessidades e defendê-los diante das políticas de extermínio.

O SPI é um órgão que veio para amenizar o problema indígena, que constituía um obstáculo à expansão da sociedade brasileira, a qual se apropriava dos últimos rincões ainda habitados pelas comunidades indígenas. A proposta do SPI era realizar um contato pacífico com os índios e jamais usar a violência. Após a pacificação, esse mesmo órgão exigiria o respeito pela manutenção da cultura indígena contatada e o direito às terras imemoriais ou de ocupação (PEDROSA, 2006, p. 111).

Entre 1946 a 1954 o SPI fez nova tentativa a fim de contatar os Avá-Canoeiro, mas não conseguiram êxito, os indígenas continuavam afugentados pelos fluxos migratórios que chegavam a Goiás motivados pela ideologia desenvolvimentista, que atraía cada vez mais os colonos em busca de terras “desocupadas”. Os Avá-Canoeiro foram considerados *índios* arredios pelos funcionários do SPI e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI)⁸ entre as décadas de 40 a 80 do século passado. A questão da sobrevivência desses povos constantemente se apresenta sob um regime tutelar e sob esse aspecto, Teófilo (2005) afirma que, atualmente, os Avá-Canoeiro sobrevivem sob a égide do indigenismo empresarial promovido por FURNAS⁹ e FUNAI.

Em seus estudos, Pedrosa (2006) percebe que, na década de 1960, até “os últimos recantos de Goiás foram ocupados”. Todavia, os Avá-Canoeiro continuavam se movimentando em terras devolutas, onde conseguiam algum alimento na região do Rio Tocantins. Na bacia

⁷ SPI-O Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN, a partir de 1918 apenas SPI) foi criado em 20 de junho de 1910, pelo Decreto nº 8.072, tendo por objetivo prestar assistência a todos os índios do território nacional. <http://www.funai.gov.br/index.php/servico-de-protecao-aos-indios-spi>. Acesso em: 03/08/2015.

⁸ FUNAI é o órgão indigenista oficial do Estado brasileiro. Criada por meio da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, vinculada ao Ministério da Justiça, é a coordenadora e principal executora da política indigenista do Governo Federal. Sua missão institucional é proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil. Cabe à FUNAI promover estudos de identificação e delimitação, demarcação, regularização fundiária e registro das terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, além de monitorar e fiscalizar as terras indígenas. A FUNAI também coordena e implementa as políticas de proteção aos povos isolados e recém-contatados. É, ainda, seu papel promover políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável das populações indígenas. FUNAI <http://www.funai.gov.br/>. Acesso em: 03/08/2015.

⁹ Furnas Centrais Elétricas S.A é uma empresa de economia mista, subsidiária da Eletrobrás e vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Foi criada em 1957 para garantir energia ao processo de industrialização e urbanização nacional, por meio da construção da primeira hidrelétrica de grande porte do país. Atualmente presente em 15 estados e no Distrito Federal, opera e mantém um sistema por onde passa cerca de 40% da energia que move o Brasil, atuando no abastecimento a regiões onde estão situados 63% dos domicílios e 81% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. FURNAS <http://www.furnas.com.br/frmEMQuemSomos.aspx>. Acesso em: 24/10/2015.

do Araguaia, outro pequeno grupo familiar movimenta-se, onde já está instalado em fazendas de criação de gado, e não muito diferente dos demais, os conflitos entre índios e fazendeiros também se concretizam. Silva (2010, p. 95) diz que nos tempos atuais os Avá-Canoeiro de Goiás estão “confinados” na reserva, mas mantém alguma aproximação com a família Avá da Ilha do Bananal.

Na década de 1970 a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) passa a atuar na região, reativando a frente de atração, antes exercida pelo SPI e o contato com o grupo da região do Araguaia teria ocorrido no final de 1973. Conforme Pedrosa (2006, p.115), “No entanto, esse contato ofuscou a frente de atração estabelecida no rio Tocantins”. Na década de 1980 outros grupos foram vistos e até contatados, suas andanças se davam até mesmo em territórios anteriormente desconhecidos para eles, chegando até Minas Gerais. Portanto, fica evidente que os Avá-Canoeiro se movimentavam em virtude da violência que sofriam ao se oporem à ocupação do seu território.

Nos anos seguintes alguns grupos dos Avá-Canoeiro da região do Araguaia passaram a ter contato permanente com os não indígenas, especialmente o Grupo que vive atualmente na aldeia Canuanã, no Estado do Tocantins. Em relação aos Avá-Canoeiro de Goiás, estes renderam-se a fome, cerca de quatro índios deixaram ser vistos e pediram ajuda em uma fazenda nas proximidades da cidade de Minaçu, em 1985. Neste período, a empresa de energia Furnas Centrais Elétricas já havia iniciado a construção da Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa, nas proximidades da área interdita para os Avá-Canoeiro. Esta área foi cedida à Furnas em 1981, mesmo sabendo-se que a mesma pertencia aos indígenas.

Neste mesmo ano foi assinado pelo presidente da república, João Figueiredo, o Decreto nº 85983 (06.05.1981) outorgando a Furnas – Centrais Elétricas S.A. concessão para um conjunto de aproveitamento da energia hidráulica de trecho do curso principal do rio Tocantins e seus afluentes das margens direita e esquerda. Tal concessão foi outorgada mesmo em vista de uma ampla documentação do órgão indigenista notificando a presença indígena na área (TEÓFILO, 2005, p. 60).

Como forma de compensação pela implantação da Usina Hidrelétrica de Serra da Mesa, um acordo foi firmado entre Furnas e Funai, com o apoio de instituições como a Universidade Católica de Goiás (UCG) e o Ministério Público, em defesa de ações que possam reverter o quadro de quase extinção e ameaça dos Avá-Canoeiro da região de Minaçu. Todavia, o convênio firmado entre Furnas e Funai expirou a sua validade em junho de 2002, sem o devido êxito de implementação de suas propostas. Segundo a pesquisa de Luciano Alves Pequeno (2005, p. 179), “A Funai enviou a Furnas nova minuta de convênio, juntamente com o Programa de Apoio aos Avá-Canoeiro, em abril de 2004, e até o momento não obteve manifestação por parte de Furnas Centrais Elétricas S.A”.

Desse modo, percebe-se que, novamente, os Avá-Canoeiro terão de enfrentar o poder do Estado brasileiro em defesa do seu território, porém, não com as mesmas armas e condições de outros tempos. Para os povos indígenas, o território não lhes interessa enquanto capital ou forma de lucro, mas sim para a questão de sua própria existência e pertencimento à terra e sua relação com ela, base material sobre a qual gravam padrões identitários. Silva (2010, p. 38) afirma que “Para os Avá-Canoeiro e grande parte dos povos indígenas a Terra é a *mãe* que lhes fornece o sustento da vida; ela é sagrada; nela viveram seus ancestrais e habitam suas tradições; por isso representa seus sentimentos”. A terra para o povo indígena não é apenas um recurso natural, trata-se de um recurso sociocultural.

Considerações Finais

Constatou-se com este estudo que, desde o século XVIII a etnia dos Avá-Canoeiro habitava a vasta região do alto rio Tocantins e Araguaia, passando a sofrer, ao longo dos séculos, perseguições e expulsões territoriais com sangrentos e sucessivos massacres, impulsionados pelas frentes de expansão e colonização da região central do Brasil. Os embates violentos do colonizador contra os Avá-Canoeiro, e vice-versa, desencadearam uma visão negativa sobre eles, de modo que o imaginário do medo passou a ser a justificativa para o extermínio desta etnia.

Pela análise dos relatórios dos presidentes da Província de Goiás ficou evidente a visão que eles tinham sobre os indígenas de modo geral e sobre essa etnia em particular. Os argumentos eram contundentes sobre a necessidade de repressão por meio de combate intensivo, visando “desinfestar” as áreas destinadas ao cultivo. Só assim a Província poderia sair do marasmo em que se encontrava no século XIX, após a derrocada das minas auríferas. Desse modo, os relatórios são ricos em informações e sobre os constantes atritos entre os colonos e os Avá-canoeiros, deixando nítida a opinião dos presidentes sobre o assunto, ou seja, de que essa etnia representava o maior empecilho para o desenvolvimento da Província e que, para solucionar esse grande problema, era necessário enfrentá-los.

Desde então, os indígenas passaram a viver fugindo dentro do próprio território e, somente a partir da segunda metade do século XX é que parte dos Avá-Canoeiro começou a permitir o contato permanente com a sociedade envolvente. Alguns grupos, porém, continuaram isolados. O quadro atual desse povo é bastante crítico devido ao pequeno número de pessoas e à precariedade das condições de vida a que estão sujeitas. Sua capacidade de adaptação tem sido sua maior arma de sobrevivência, já que, desde o início do século XIX, a

ocupação de seu território tradicional por fazendas, garimpos, vilas e cidades os obrigaram a deslocamentos contínuos por diversos ecossistemas e contextos do espaço goiano.

Portanto, os Avá-Canoeiro, ao garantirem o seu território, estarão, de certo modo, mantendo a biodiversidade do Cerrado que se encontra ameaçada desde o século XIX. O uso e o manejo do pequeno número de pessoas (seis atualmente), considerando apenas o Estado de Goiás, não prejudicam a biodiversidade, pois seus usos e saberes não comprometem as espécies do bioma, ao contrário, podem contribuir para sua preservação. Assim, os Avá são vistos como “Guardiões do Cerrado” na análise da pesquisadora Lorrane Gomes Silva (2010), afirmativa justificada por dois fatores, o jurídico e o cultural. Tomando de empréstimo as palavras de Sartre, os Avá-Canoeiro tornaram-se uma espécie de “*morto virtual*”, perderam mulheres e filhos e viram tantas agonias, que antes quer sobreviver que vencer; outros aproveitarão a vitória, não eles, que estarão cansados demais...

THE AVÁ-CANOEIRO INDIANS AND THE TERRITORY OF GOIÁS: A STRUGGLE FOR SURVIVAL

Abstract: The purpose of this article is to analyze the issue of the struggle and bravery of the Avá-Canoeiro people in defense of their territory and their survival strategies since the nineteenth century until contemporaneity. This is a historical research that sought, in the Presidents of Goiás Province reports, for traces of clashes and conflicts that contributed to the near-extinction of this people, aiming to understand the impasses related to their identity, the territory ownership and the resistance of this indigenous group in the Cerrado of Goiás. Administrators see the indigenous issue, which is always present in these reports, as a serious obstacle to the economic development project in the region. However, the struggle of Avá-Canoeiro enters the twentieth century, and brings in new forms of resistance and impact on their way of life, with population shrinkage resulting from the intense fight for survival. Currently, the developmental discourse continues reproducing the ideology of progress, without taking into account the rights of indigenous peoples.

Keywords: Avá-Canoeiro; Territory; Ethnic conflicts; Province of Goiás.

Referências

ALENCASTRE, José Martins Pereira. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás pelo Exm. Sr. presidente da Província, em: 01 de julho de 1862. (In. <http://www.crl.edu/content/brazil/goi.htm>) acesso em: 20 de julho de 2015.

AZEVEDO, Francisco Ferreira dos. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás pelo Exm. Sr. em 1 de junho de 1842. (In. <http://www.crl.edu/content/brazil/goi.htm>) acesso em: 13 de março de 2016.

BARBOSA, A. S. & SCHMITZ, P. I. Ocupação Indígena do Cerrado. Esboço de uma história. In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P. & RIBEIRO, J. F. Cerrado: ecologia e flora. Brasília: Embrapa, Informação Tecnológica, 2008.

BURKE, Peter. *Hibridismo Cultural*. São Leopoldo; Editora Unisinos, 2013.

CARVALHO, Francisquinha Laranjeira. *Fronteiras e conquistas pelo Araguaia- século XIX*. 2ª edição. Goiânia: Kelps, 2010.

FREYRE, Gilberto, *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006.

FUNAI <http://www.funai.gov.br/> acesso em: 03/08/2015.

FURNAS: <http://www.furnas.com.br/frmEMQuemSomos.aspx>. Acesso dia 24/10/2015 às 9h03min.

GOMES, Antônio Joaquim da Silva. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás pelo Exm. Sr., Presidente da Província, em 30 de dezembro de 1852. (In. <http://www.crl.edu/content/brazil/goi.htm> Acesso em: 24/02/2016.

MACHADO, Eduardo Olímpio. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás pelo Exm. Sr. Presidente da Província, em 01 de maio de 1850. (In. <http://www.crl.edu/content/brazil/goi.htm> Acesso em: 08 de novembro de 2014.

MAGALHÃES, José Vieira Couto de. *Viagem ao Araguaia*. Editora Três, São Paulo, 1974.

MASCARENHAS, José de Assis. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás pelo Exm. Presidente da Província, em 01 de outubro de 1839. (In. <http://www.crl.edu/content/brazil/goi.htm>) acesso em: 22 de julho de 2015.

_____. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás pelo Exm. em 1 de junho de 1845. (In. <http://www.crl.edu/content/brazil/goi.htm>) acesso em: 23 de julho de 2015.

_____. Relatório apresentado pelo Exm. Sr. presidente da Província, em: 01 de junho de 1863. (In. <http://www.crl.edu/content/brazil/goi.htm>) acesso em: 20 de julho de 2015.

MARIANI, Francisco. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás pelo Exm. Sr. presidente da Província, em: 01 de junho de 1853. (In. <http://www.crl.edu/content/brazil/goi.htm>) acesso em: 24 de fevereiro de 2016.

OLIVEIRA, Eliezer Cardoso. *As Representações do Medo e das Catástrofes em Goiás*. Brasília: UNB, 2006.

OLIVEIRA, Eliezer Cardoso. O medo dos colonizadores em relação ao indígena na expansão da fronteira colonizadora em Goiás nos séculos XVIII e XIX *in*: *Fronteira Cerrado: Sociedade e natureza no oeste do Brasil*/ (org. Sandro Dutra e Silva, José Paulo Pietrafesa, José Luiz Andrade Franco, José Augusto Drummond e Giovana Tavares) – Goiânia: Ed. Da PUC Goiás/ editora América, 2013.

PEDROSA, Dulce Madalena Rios. Avá-canoeiro. In: Moura, Marlene Castro Ossami (org.) *Índios de Goiás. Uma perspectiva histórico-cultural*. Goiânia: ed. Da UCG/Ed Vieira/ Ed. Kelps, 2006 (p.91-133).

PEQUENO, Luciano Alves. Terra Indígena Avá-Canoeiro Demarcação indefinida: risco de sobrevivência étnica. In: Revista de Estudos e Pesquisas, FUNAI, Brasília, v.2, n.2, p. 171-182, dez. 2005. Acesso em 04/08/2025.

RAMALHO, Joaquim Ignácio. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás pelo Exm. Sr. Presidente da Província, em 01 de maio de 1846. (In. <http://www.crl.edu/content/brazil/goi.htm> Acesso em: 24 de fevereiro de 2016.

SARTRE, Jean-Paul. Prefácio. In: FANON, Frantz. Os condenados da Terra. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1968 (p.3-21).

SILVA, Lorrane Gomes da. Avá-Canoeiro, a resistência dos Bravos no cerrado do norte goiano: do lugar ao território. Dissertação de Mestrado apresentado ao Instituto de estudos Socioambientais, Goiânia, UFG, 2010.

TEÓFILO, Cristhian da Silva. Cativando Maira: A sobrevivência Avá-Canoeiro no Alto Tocantins. 383 p. Tese (doutorado em Antropologia Social). Brasília: UNB, 2005.

SOBRE AS AUTORAS

Carla Edieni da Silva Alves é aluna do Mestrado Interdisciplinar em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER), da Universidade Estadual de Goiás (UEG).

Maria de Fátima Oliveira é doutora em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG); docente do Mestrado Interdisciplinar em Territórios e Expressões Culturais do Cerrado (TECCER), da Universidade Estadual de Goiás (UEG).

Poliene Soares dos Santos Bicalho é doutora em História Social e pós-doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília (UnB); docente do Mestrado Interdisciplinar em Territórios e Expressões Culturais do Cerrado (TECCER), da Universidade Estadual de Goiás (UEG).

Recebido em 29/03/2016

Aceito em 13/07/2016